

PORTARIA IEPHA/MG Nº 29/2008

Disciplina, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, a execução do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais – IPAC/ MG.

O Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nas Leis Delegadas nº 81, de 29 de janeiro de 2003 e nº 149, de 25 de janeiro de 2007, c/c art. 11, I, do Decreto 44.780, de 16 de abril de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º O Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC-MG – insere-se no contexto das medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural, e corresponde à atividade sistemática e permanente de pesquisa, identificação e documentação, desenvolvida conforme planejamento estabelecido pela Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA/MG, visando ao cadastramento de bens culturais.

Art. 2º A execução do IPAC-MG no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG observará as normas estabelecidas nesta portaria.

Art. 3º O IPAC-MG tem por finalidades:

I – identificar o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, observando a diversidade cultural existente em todo o território do Estado;

II – promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural mineiro;

III – fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público na área do patrimônio cultural;

IV – estabelecer, quando necessário, diretrizes de proteção e conservação relativas aos bens culturais inventariados;

V – subsidiar ações de educação patrimonial;

VI – inibir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

VII – possibilitar a localização de bens culturais de interesse de preservação para fins de licenciamento;

VIII – fornecer suporte às ações de identificação e restituição de bens culturais desaparecidos;

VIII – dar suporte à gestão e manejo do território;

IX – mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural.

Art. 3º Serão observadas as diretrizes e prioridades previstas no Plano Estadual de Inventário, que deverá ser revisto a cada dez anos.

§ 1º As áreas a serem inventariadas serão definidas por regiões em função do patrimônio cultural do Estado, observando-se a sua diversidade cultural.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º Na definição das prioridades serão observadas as ações de proteção, conservação e promoção da Instituição, bem como as fragilidades regionais que possam significar ameaça à identificação das dinâmicas culturais existentes.

§ 3º O Plano Estadual de Inventário deve indicar as formas de participação dos municípios representados por seus agentes culturais e sociedade civil interessada na execução do IPAC-MG.

Art. 4º O cadastro de bens culturais seguirá classificação apropriada à contextualização de cada bem inventariado em seu meio cultural e à inter-relação entre eles, destacando-se as seguintes categorias:

I – Patrimônio imaterial, incluindo os saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; as celebrações – rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social –; as expressões – manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas –, os lugares, os falares e tantos outros quantos houver;

II – Patrimônio natural, compreendendo também os sítios espeleológicos e paleontológicos;

III – Patrimônio arqueológico;

IV – Núcleos e conjuntos urbanos, compreendendo traçados e conjuntos urbanos, tipos de ocupação das edificações no lote e em relação ao arruamento e em função de referenciais geográficos e de redes de comunicação (rios, serras, ferrovia, caminhos, conjuntos de devoção religiosa e romarias, etc.);

V – Estruturas arquitetônicas e urbanísticas – compreendendo as edificações, estruturas e equipamentos urbanísticos e culturais, vestígios arqueológicos, obras de arte e contenções em caminhos;

VI – Bens integrados – arte aplicada à arquitetura e aos espaços livres e públicos;

VII – Bens móveis;

VIII – Acervos arquivísticos, museográficos e artísticos, sempre considerados em conjunto, compreendendo a identificação de acervos, fundos e coleções.

§ 1º Quando se tratar de conjunto de edificações de arquitetura civil, residencial, comercial e serviços, o inventário deverá destacar minimamente as particularidades de cada unidade.

§ 2º Quando se tratar de conjunto de obras de pintura de um artista ou tema e de conjunto de documentos que tenha a mesma tipologia e represente um mesmo assunto, o inventário pode reunir as informações mínimas de identificação e descrição do conjunto da obra ou coleção em forma de catálogo.

§ 3º No caso de inventário de objetos isolados, existentes nos acervos de que trata o inciso VIII, a categoria adotada será a de bens móveis.

Art. 5º São fontes de pesquisa imprescindíveis à identificação de bens culturais a serem inventariados:

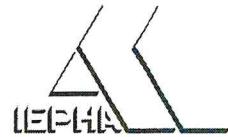
I – inventários municipais;

II – fontes históricas, com destaque para documentos administrativos, eclesiásticos, cartoriais, pertencentes a irmandades e associações leigas e iconográficos – cartografia, fotografia, entre outros;

III – fontes bibliográficas;

III – fontes orais e audiovisuais;

IV – legislação urbanística, no caso de núcleos e conjuntos;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

V – legislação e atos administrativos relativos aos bens culturais, quando existentes em âmbito municipal e federal.

Art. 6º As fichas de inventário devem conter os campos de informação necessários para identificar, localizar e descrever as principais características e valores materiais, históricos e simbólicos do bem cultural.

§ 1º O armazenamento das informações contidas no IPAC-MG se dará por meio de cadastramento em banco de dados digital.

§ 2º A consulta aos inventários será facilitada, podendo ser adotados mecanismos de controle de informações consideradas sigilosas, visando à segurança e vigilância dos bens inventariados.

Art. 7º A equipe responsável pela execução do IPAC-MG deverá ter composição interdisciplinar, de acordo com as categorias a serem inventariadas.

Parágrafo único. As fichas de Patrimônio Arqueológico e Espeleológico devem imperativamente ser elaboradas por arqueólogos e espeleólogos, respectivamente.

Art. 8º A equipe de execução do IPAC-MG deverá contar com a colaboração da sociedade civil interessada e poderá estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas, sob a supervisão desta Fundação.

Art. 9º A atualização do IPAC-MG se fará com a complementação das fichas com informações recentes sobre os bens inventariados e com a inclusão de novos bens culturais.

Art. 10. Será divulgado anualmente, ao final de cada exercício, a relação completa dos bens inventariados cadastrados, contendo as informações de denominação e localização.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2008.

Carlos Roberto Noronha
CARLOS ROBERTO NORONHA
Presidente

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG
Praça da Liberdade s/nº - Edifício SETOP - 4º andar - CEP: 30.140-010 - Belo Horizonte/MG
Tel: (31)3235-2800 - Fax: (31)3235-2808/3235-2858 - www.iepha.mg.gov.br

Jáime Nápoles Vilas Boas
Procurador do Estado
Procurador-Chefe (IEPHA/MG)
OAB/MG 75.456 / Matr. 1.082.003/M



MINAS GERAIS - CADERNO I

DIÁRIO DO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E PÚBLICAS DE TERCEIROS

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Reitora: Jane Gomes Barreto Paiva

ATOS ASSINADOS PELO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
PROF. MÁRCIO FERNANDO VALERIANO SOARES

CONCEDE BIÊNIO, nos termos da Lei nº. 8.517 de 09 de janeiro de 1984, do artigo 4º da Lei nº. 9.263, de 11 de setembro de 1996, da Lei nº. 9.831 de 04 de julho de 1999 e da Lei nº. 9.957 de 18 de outubro de 1999, ambos regulamentados pelo Decreto nº. 1.464, de 10 de outubro de 1999, e suas alterações, Atº nº. 103/2008, Ato nº. 46/2008 CLÁUDIA TEREZINHA TEIXEIRA ALMEIDA, Masp. nº. 10341204, Professor de Educação Superior, Nível III, Grau A, da Escola de Música, referente ao 3º biênio, a partir de 01/01/2009, a servidores: Atº nº. 103/2008, Ato nº. 46/2008 CLÁUDIA TEREZINHA TEIXEIRA ALMEIDA, Masp. nº. 10341204, Professor de Educação Superior, Nível III, Grau A, da Escola de Design, referente ao 3º biênio, a partir de 01/01/2009, a servidores: Atº nº. 103/2008 ELAINE LEPORATO BARROS FARIA, Masp. nº. 10618437, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, do Curso Normal Superior ou Domínio Itália Francia, referente ao 3º biênio, a partir de 01/01/2009, a servidores: Atº nº. 103/2008, Ato nº. 46/2008 ANTONIO OLIVEIRAS SÁVIO REIS DE OLIVEIRA, Masp. nº. 1047/2008, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 7º biênio, a partir de 13/09/2008, Ato nº. 46/2008 CLÁUDIA TEREZINHA TEIXEIRA ALMEIDA, Masp. nº. 10341204, Professor de Educação Superior, Nível III, Grau A, da Escola de Design, referente ao 7º biênio, a partir de 13/09/2008, a servidores: Atº nº. 103/2008 ANTONIO EFRAHIM MAGALHÃES BERTO, Masp. nº. 10341207, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 6º quinquênio, a partir de 01/01/2009, a servidores: Atº nº. 103/2008, Ato nº. 46/2008 ANTONIO EFRAHIM MAGALHÃES BERTO, Masp. nº. 10341207, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 6º quinquênio, a partir de 01/01/2009.

CONCEDE QUÍNUENHO, nos termos do art. 112, inc. ADCT, da CE/1989, aos servidores: Atº nº. 46/2008 ANTONIO EFRAHIM MAGALHÃES BERTO, Masp. nº. 10341207, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 2º quinquênio, a partir de 08/09/2008; Ato nº. 47/2008 ALÉNCAR FERREIRA, Masp. nº. 1034240-0, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Design, referente ao 5º biênio, a partir de 22/09/2008; Atº nº. 47/2008 ANTONIO EFRAHIM MAGALHÃES BERTO, Masp. nº. 10341207, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 6º quinquênio, a partir de 01/01/2009.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVAÇAMENTO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS, de que trata o Decreto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Minas Gerais - IEPHAM/G, a execução do Inventário de Arquivo do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais - IPAC/MG.

O Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Minas Gerais - IEPHAM/G, no uso das suas atribuições legais, em vista do disposto no art. 11, I, do Decreto nº. 44.780, de 16 de dezembro de 2003, e no art. 5º do Decreto nº. 40.186, de 22 de dezembro de 2003.

PORTEIRA IEPHAM/G Nº 26/2008

Altera a composição da Comissão Permanente de Avançamento de Documentos de Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Minas Gerais - IEPHAM/G constituída pela Portaria nº. 074, de 16/09/2003, Ato nº. 47/2008 ALÉNCAR FERREIRA, Masp. nº. 1034240-0.

O Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico de Minas Gerais - IEPHAM/G, no uso das suas atribuições legais, em vista do disposto no art. 11, I, do Decreto nº. 44.780, de 16 de dezembro de 2003, e no art. 5º do Decreto nº. 40.186, de 22 de dezembro de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Permanente de Avançamento de Documentos de Arquivo do IEPHAM/G, constituída pela Portaria nº. 074, de 16/09/2003, Ato nº. 47/2008 ALÉNCAR FERREIRA, Masp. nº. 1034240-0, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Design, referente ao 5º biênio, a partir de 22/09/2008; Atº nº. 47/2008 ANTONIO EFRAHIM MAGALHÃES BERTO, Masp. nº. 10341207, Professor de Educação Superior, Nível I, Grau A, da Escola de Música, referente ao 6º quinquênio, a partir de 01/01/2009.

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÉMIO, nos termos do art. 4º do art. 31, da CE/1989, ao seguinte servidor: Atº nº. 478/2008 ROBSON FERRAREZZI, Masp. nº. 1039554-5, Auxiliar Administrativo II - A, da Escola de Design, referente ao 3º quinquênio, a contar de 22/06/2004.

Secretaria de Estado de Cultura

Secretária: Paulo Eduardo Rocha Brum

Expediente

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

DIRETORIA: CELMA REGINA FERREIRA

FÉRIAS-PRÉMIO - ATº Nº 13 /08
Aprovado o projeto de lei de mérito de férias-prêmio, nos termos da lei nº. 201, de 25/04/03, aos servidores: Masp. 356.484-6, DIMAS ALVES MATOS/SO, por 01 mês a partir de 01/10/08, referente ao 6º quinquênio de exercícios, Masp. 366.697-1, JOANA MARIA DA SILVA COUSSA, por 01 mês a partir de 01/04/08, referente ao 5º quinquênio de exercícios, Masp. 361.616-6, PEDRO ANTONIO RESSENDE, por 01 mês a partir de 01/10/08, referente ao 5º quinquênio de exercícios, Masp. 361.616-6, PEDRO DE BRITO SOARES, por 01 mês a partir de 01/01/08, referente ao 4º quinquênio de exercícios, Masp. 374.475-3, RUI APARECIDO COUTINHO, por 01 mês a partir de 06/01/08, referente ao 2º quinquênio de exercícios; AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO - ATº Nº 02 /08

Afastamento por motivo de casamento nos termos da alínea "c" do art. 201 da Lei nº 8/952, por 08 (oito) dias da servidora: Masp. nº. 142-2, AMANDA BEATRIZ CARDOSO VIEIRA, a partir de 04/09/08.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO - ATº Nº 03/08
Nos termos do art. 201, alínea "b" da Lei nº. 869, de 05/07/93, concede 03 (três) dias de afastamento: a: Masp. 374.346-5, MARIA HELENA FERREIRA VARISTO, a partir de 29/07/08.

RETIFICAÇÃO
Retifica o ato de afastamento e adicional por tempo de serviço publicado no Diário Oficial do Estado, se o: Jone Rincó Aquar Vieria; leia-se: IONE RINCÓ DE FARIA.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2008.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Presidente: Carlos Roberto Noronha

PORTEIRA IEPHAM/G Nº 25/2008

CUSTA COMITATO PARA ACOMPANHAR E ASSESSORAR OS TRABALHOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS REFERENCIAL, PARA A DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHAM/G

O Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHAM/G, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 11, I, do Decreto 44.780, de 16 de dezembro de 2003, e no art. 5º do Decreto nº. 40.186, de 22 de dezembro de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão para acompanhar e assessorar os trabalhos de desenvolvimento e implantação do SISTEMA DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS REFERENCIAL, para a documentação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHAM/G.

I - Diretoria de Conservação e Restauração/DCR: Aluizio Rassias/DCR, Masp. 1016617-1; Alessandra Deotti e Silva/GAP, Masp. 1016605-6; Maria Beatriz Ribeiro Clíntico/GPO, Masp. 1016747-6; Yuki Noce Watanabe/GEA, Masp. 1152306-5;

Art. 2º Estão designados os servidores das seguintes Diretorias para compor esta Comissão:

I - Diretoria de Conservação e Restauração/DCR: Aluizio Rassias/DCR, Masp. 1016617-1; Alessandra Deotti e Silva/GAP, Masp. 1016605-6; Maria Beatriz Ribeiro Clíntico/GPO, Masp. 1016747-6; Yuki Noce Watanabe/GEA, Masp. 1152306-5;

Art. 3º Fica constituída Comissão para acompanhar e assessorar tecnicamente os trabalhos de desenvolvimento e implantação do SISTEMA DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS REFERENCIAL, para a documentação técnica do IEPHAM/G.

Art. 4º O processo administrativo deverá conter, no mínimo, o documento de apresentação e descrição da obra e ficha de identificação com a descrição da obra.

Art. 5º Para sua formalização, o processo administrativo deverá receber número específico, com o intuito de facilitar a identificação das suas folhas dentro de numeradas secuencialmente.

Art. 6º A partir da ocorrência do bem cultural subrativo deverá ser encaminhado ao Cadastro de Bens Culturais Desaparecidos.

Art. 7º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 8º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 9º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 10º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 11º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 12º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 13º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 14º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 15º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 16º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 17º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 18º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 19º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 20º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 21º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 22º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 23º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 24º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 25º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 26º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 27º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 28º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 29º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 30º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 31º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 32º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 33º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 34º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 35º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 36º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 37º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 38º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 39º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 40º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 41º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 42º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 43º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 44º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 45º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 46º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 47º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 48º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 49º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 50º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 51º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 52º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 53º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 54º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 55º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 56º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 57º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 58º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 59º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 60º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 61º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 62º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 63º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 64º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 65º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 66º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 67º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 68º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 69º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 70º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 71º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 72º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 73º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 74º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 75º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 76º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 77º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 78º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 79º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 80º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 81º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 82º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 83º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 84º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 85º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 86º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 87º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 88º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 89º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 90º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 91º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 92º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 93º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 94º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 95º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 96º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 97º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 98º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 99º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 100º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 101º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 102º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 103º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 104º O processo administrativo deverá ser composto de um laudo de conservação elaborado pelo IEPHAM/G.

Art. 1